



## **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **TEACHER TRAINING IN THE INCLUSIVE EDUCATION OF PEOPLE WITH DISABILITIES**

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317814042018034>

**Silas Moura Repolho**  
[silasmoura.17@gmail.com](mailto:silasmoura.17@gmail.com)

**Crislaidy Oliveira Pereira**  
[profa.oliver@gmail.com](mailto:profa.oliver@gmail.com)

**Raquel Muniz dos Santos Palheta**  
[raqpalheta@gmail.com](mailto:raqpalheta@gmail.com)

#### **RESUMO:**

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre possíveis soluções diante dos medos, anseios e obstáculos enfrentados pelos professores frente à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Parte-se de uma breve fundamentação teórica sobre a investigação de estratégias que o educador pode utilizar em sua formação a fim de tornar-se um profissional qualificado para atender as expectativas de aprendizagem de pessoas com deficiência. No âmbito da educação inclusiva o professor se encontra na tensão e angústia do saber teórico e prático diante da inclusão de alunos deficientes, pois a pessoa com deficiência tem habilidades e limitações as quais uma formação continuada leva o docente a ter outro olhar diante de tal inquietação. Os resultados apontam para a necessidade da implementação de políticas públicas promovendo a formação continuada para o profissional da educação levando-o a compreender a importância do conhecimento a ser adquirido e promover um ensino digno e igualitário, possibilitando ao educando habilidades e competências, respeitando seus limites individuais.

**Palavras-chave:** Inclusão. Deficiência. Políticas Públicas. Formação Continuada.

#### **ABSTRACT:**

This study aims to reflect on possible solutions to the fears, desires and obstacles faced by teachers towards the inclusion of people with disabilities in the regular education network. It starts from a brief theoretical foundation on the investigation of strategies that the educator can use in its formation in order to become a qualified professional to meet the expectations of learning of people with disabilities. In the context of inclusive education, the teacher finds himself in the tension and anguish of theoretical and practical knowledge in the face of the inclusion of disabled students, since the disabled person has skills and limitations, which a continuous formation leads the teacher to have another look at such disquiet. The results point to the need to implement public policies by promoting continuing education for the education professional, leading him to understand the importance of the knowledge to be acquired and to promote a dignified and egalitarian education, enabling the learner to learn skills and competences, respecting their individual limits.

**Keywords:** Inclusion. Disability. Public Policies. Continuing Education.



## **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como ponto de partida a reflexão sobre a formação do profissional da educação diante da escolarização do discente com deficiência, o desafio do educador a buscar outros métodos de ensino de acordo com as deficiências e transtorno globais do desenvolvimento no ambiente escolar. É necessário que o Poder Público e o professor assumam a responsabilidade pela formação continuada levando a uma reflexão sobre a importância de proporcionar ao aluno um aprendizado, de acordo com suas necessidades, cada vez mais estimulante e produtivo através de novas práticas pedagógicas como o uso da tecnologia a seu favor, por exemplo.

É sabido que há discussões e questionamentos que o professor regente vem fazendo em relação à inclusão educacional, no entanto, se deve respeitar e valorizar as diferenças individuais e aceitar a diversidade como um processo de ensino aprendizagem do educando, e esse processo se faz possível através de políticas públicas que permitam ao discente uma formação adequada tornando-o apto a elaborar e desenvolver novas propostas e práticas de ensino que correspondam às dificuldades individuais de seus alunos.

Diante disso, a fortuna crítica apresentada nas referências bibliográficas forneceu subsídios para a elaboração de um trabalho que trouxe como proposta a importância da formação continuada do professor frente às angustias e medos em relação à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Tendo como objetivo principal a reflexão diante dos medos, anseios e obstáculos enfrentados pelos professores frente à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, pergunta-se como questão norteadora da pesquisa como a formação de professores deve ser desenvolvida para que a educação inclusiva aconteça no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais.



Diante disso, teve-se como fundamentação teórica as políticas públicas sobre educação especial no país como um fator transformador na sociedade e aspectos teóricos sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica que tem como referencial autores/pesquisadores de livros e artigos publicados em revistas científica seguindo o referido tema. Dentre os autores, está Paulo Freire ao falar sobre uma educação transformadora, Vygotsky ao abordar sobre capacidade e interação entre as pessoas, Mazzotta, falando sobre os direitos para as pessoas com deficiências, dentre muitos outros.

O processo metodológico se deu com uma revisão bibliográfica vasta sobre formação de professores, educação especial e políticas públicas voltadas para a educação na perspectiva inclusiva.

## **3 DESENVOLVIMENTO**

No âmbito da educação inclusiva o professor regente se encontra na tensão e angústia do saber teórico e o saber prático diante da inclusão de alunos com necessidades especiais, pois a pessoa com deficiência tem habilidades e limitações as quais uma formação continuada leva o docente a ter um outro olhar diante de tal inquietação.

Como sugerem (EFFGEN, 2012, p.20), cabe-nos entender como as escolas de ensino regular tem se preparado para receber educandos com deficiência, apoiando o professor da instituição no processo de formação docente, possibilitando o acesso a reflexões teórico-práticas que permitam uma leitura crítica da realidade e alicercem projetos que visem à transformação. É sabido que esse é um passo importante para o docente buscar seu próprio fundamento intelectual e profissional e



a partir dessas práticas promover a verdadeira inclusão desenvolvendo um trabalho de aprendizagem para com o educando.

### **3.1 PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Percebe-se que a inclusão social ou escolar tem se tornado foco nas escolas, pois cada vez mais pessoas com deficiências têm a consciência de seus direitos ao acesso aos bens públicos e à garantia de uma educação de qualidade que respeite e atenda a sua formação plena (BAPTISTA, et al. 2014).

A relação educativa constitui-se, como tal, na medida em que se desenvolvem mediações (ações, linguagens, dispositivos, representações) que potencializem a capacidade de iniciativa e de interação das pessoas (VYGOTSKY, 1997). Entende-se que o educador sente a necessidade, através de cursos de formação continuada, de potencializar a independência, criatividade e socialização dos estudantes com deficiência, levando-os a reproduzirem um saber próprio.

Bem como consta no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, garantindo a igualdade de condições de acesso e de permanência para todos na educação regular. Nessa perspectiva, o inciso terceiro do artigo 208 é destacado por definir como obrigação do Estado a garantia do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Entretanto, ao se falar sobre Inclusão de deficientes nas escolas regulares, é comum ouvirmos as queixas dos docentes, pois não se sentem preparados para trabalhar com esse público, acreditam que é necessário ter formação de especialista, muitos tentam resistir ao acolhimento dos que antes ficavam segregados do ensino regular, tendo lugar apenas na educação especial (ROMERO, 2008).

A conscientização está evidentemente ligada à utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para sermos anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que



assumimos. (FREIRE, 2006). A conscientização é o ápice do ser humano para se tornar um profissional de uma sociedade ideal.

Por isso faz-se necessário a capacitação de profissionais da educação para atender da melhor maneira possível, de forma igualitária sem transgredir os direitos humanos. (MAZZOTTA, 1996) destaca que a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos deficientes podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais.

Nessa dimensão, o problema da inclusão no cenário brasileiro corresponde ainda à insuficiente formação de professores para lidar com os alunos com deficiência nas escolas regulares. (MENDES, 1995) afirma que até o século XVIII, a exclusão acontecia amplamente, ou seja, pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Nesta fase, nenhuma atenção educacional era promovida.

Segundo (MAZZOTA, 1996) constata-se que até o século XVIII, grandes partes das noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, havendo pouca base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. Notam-se teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão nessa época, caracterizando-a pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social (VIEIRA, 2014).

A falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, ignoradas. A própria religião, ao afirmar ser o homem feito à “imagem e semelhança de Deus”, sendo assim um ser perfeito, levava à crença de



que as pessoas com deficiência por não se adequarem a essa “perfeição” eram postas à margem da condição humana (BERTUOL, 2010).

Na antiguidade se a pessoa apresentasse alguma deficiência, seja ela, física, sensorial ou mental, eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas. (BRASIL, 2001) os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, atualmente ainda encontramos resquícios do preconceito tratando a deficiência como forma ofensiva e inutilizando o indivíduo ao chamá-lo de doido, demente, retardado, etc.

Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais, portanto, para se obter uma melhor compreensão de Educação Inclusiva é preciso primeiramente entender que o tema é produto de longos debates, alicerçados em contextos históricos que marcam a evolução, até mesmo, da sua terminologia, como:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI; 1997, p.3).

A história educacional no contexto brasileiro expõe diversas problemáticas presentes para uma educação inclusiva, destacando assim suas dimensões política e social, do período imperial até os dias atuais, que corresponde, dentre vários aspectos à formação e atuação dos professores, com foco na educação básica que abre a escola para o processo de inclusão, exige, de um lado, professores despreparados para lidar com essa realidade e, de outro, estrutura escolar ainda inadequada para receber todos os alunos com algum tipo de deficiência.



Como forma de quebrar esse paradigma ainda existente, nos últimos anos ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil, não apenas em termos de legislação, mas também em relação à produção do conhecimento acadêmico voltado para o tema (PLETSCH, 2009).

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação (JANNUZZI; 2004, p.34).

Diante de um novo cenário surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. Porém, a autora ressalta que a ideologia da educação inclusiva vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000).

Para que a educação inclusiva, de fato, aconteça é importante ressaltar que sejam postas em práticas políticas públicas para a formação de professores regentes que se sintam preparados para enfrentar, sem medo, o desafio de conhecer as limitações e motivar seu alunado com deficiência seja ela física, sensorial ou mental junto a família que deposita todas as suas expectativas no processo de inclusão desse aluno no ensino regular.

É situação indispensável, repensar a formação docente, no sentido de que seja uma formação encarada na realidade, onde se faça o enfrentamento constante entre prática e teoria (CASTRO, 2008). A formação docente, ainda que não consiga preencher todas as lacunas vivenciadas no processo educativo, ainda é questão indispensável, a preparação do professor para atuar com responsabilidade na sala de aula. Uma vez que a formação do professor requer: fundamentação teórica,



instrumentalização técnica e sensibilidade frente às implicações subjetivas que atravessam a diversidade (MAZZOTA, 1993).

### **3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

As políticas de inclusão vêm sendo discutidas nos últimos anos na esfera das políticas públicas, principalmente aquelas de matriz social. Nelas se encaixam questões relacionadas a renda mínima, habitação popular, emprego e formação profissional, entre outros elementos que se inscrevem na história da luta capital/trabalho (GARCIA, 2004).

Cada vez mais, a política educacional passa a ser considerada, no marco das políticas sociais, como uma política de caráter instrumental e subordinada à lógica econômica, uma política que sequer tem a capacidade inclusiva do capitalismo industrial. O que implica que todos os grupos identificados como em situação de desigualdade social devam estar ligados aos serviços educacionais oferecidos em suas comunidades (GARCIA, 2004).

A autora afirma que as políticas sociais estão relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas e à luta de classes, de maneira que, ao mesmo tempo, atendem as demandas dos trabalhadores e contribuem para a reprodução das classes sociais. Sendo resultado de embates, disputas e conflitos. Porém podem ser compreendidas como “dádivas” do bloco no poder, que realiza intervenções em busca de consenso e da integração dos movimentos de contestação (GARCIA, 2004).

Historicamente, a educação está articulada à política econômica, e tal fenômeno sofreu exacerbação na última década do século vinte e no período vigente. O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores





indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Tem-se intensificando o acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas brasileiras na busca por uma educação de qualidade e homogênea, e compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais é fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo (MOURA; CANAN, 2012).

Inclusão e exclusão bem como afirma (MATISKEI, 2004) são facetas de uma mesma realidade: discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se querem modificar.

Cabe ao Poder Público, nesse contexto, a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns dos obstáculos presentes no seio social que distanciam os segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços e, no caso específico da inclusão escolar, do direito à educação (MATISKEI, 2004).

Após inúmeras pressões políticas, sociais e educativas, atualmente tem-se medidas legislativas que atestam o direito às pessoas com deficiência de frequentarem as instituições de ensino, fato que cresce a cada dia (FREITAS, 2010). Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil é o país da América Latina que mais insere alunos com necessidades especiais em escolas regulares, seguido de México e Chile (UNESCO, 1998).

Freitas (2009) afirma que investir em educação constitui a primeira etapa indispensável para assegurar os direitos humanos, tais como a postura de aceitação das desigualdades e da diversidade, a redução da pobreza, a aceitação de avanços na saúde e nutrição, o controle de crescimento demográfico, dentre outros.



A educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na escola, na perspectiva inclusiva. No entanto, compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais é fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo (BARRETTA; CANAN, 2012).

Bem como consta no capítulo III da constituição Brasileira de 1988, da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205, prescrevendo que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família. Em seu artigo 208, prevê mais especificamente que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Também consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), LEI n. 9394 de 20/12/1996 afirmando que os sistemas de ensino assegurarão aos estudantes com deficiência: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

A existência da legislação vigente não é suficiente para a eficácia de uma inclusão em escolas, necessitando de fatores mais abrangentes do que somente os legislativos, bem como afirma (FREITAS; 2009)

Uma das questões centrais reside em como tornar compatível esta realidade heterogênea com os esquemas, as tradições e as inércias profissionais de alguns professores, bem como de setores da sociedade que ainda fundamentam suas práticas em modelos que não estão preparados para trabalhar a diversidade e a diferença. Inserem propostas de ensino, de vivências culturais a partir da perspectiva de homogeneização, ou então, mantém a segregação e o isolamento de pessoas com necessidades educativas especiais, sem uma leitura crítica desta realidade. Tal estrutura visa beneficiar mais alguns segmentos da sociedade mantendo a maioria das pessoas com necessidades educativas especiais afastadas do processo de interação escolar e social, bem do acesso aos meios e instituições de produção e de veiculação cultural.



O direito universal à educação e as escolas brasileiras têm a obrigatoriedade legal de acolher a todos. Entretanto, se existe alguma coisa que pode ser nomeada como mudança no cenário atual da educação e do ensino, em diferentes áreas, isso não se refere apenas à nomenclatura, nem somente à legislação (FREITAS, 2009). Essa mudança relaciona-se com a possibilidade de questionar modelos, argumentos, paradigmas e de propor outros novos, originais, impensáveis até o momento (FREITAS, 2009).

A Política Nacional de Educação Especial elaborada em 2008 prevê que as escolas devem considerar que todos os alunos têm a possibilidade de aprender os conhecimentos construídos nos espaços educativos, de modo a reconhecer suas aptidões, habilidades, capacidades e potencialidades. Afinal, o ensino só é capaz de acontecer se inexistir resistência e barreiras.

É importante enfatizar também que a inclusão social não ampara apenas alunos com necessidades educacionais especiais, mas também a todos os outros grupos de alunos que compõem a escola, envolvendo indivíduos com suas diferenças e particularidades. Reconhece-se, deste modo, que o processo de ensino-aprendizagem, com vistas na eliminação de obstáculos compõe um sistema de ensino com diversas culturas. A escola, portanto, se torna um espaço multicultural e social, valorizando as particularidades de cada pessoa que chegue nela. Sendo assim, fica evidente que,

A compreensão da educação especial nesta perspectiva está relacionada a uma concepção e às práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objeto de ensino formal. [...] essa educação supõe uma escola que não exclui alunos que não atendam ao perfil idealizado institucionalmente. (ROPOLI, 2010, p. 6).

Essa nova configuração da organização escolar denota que novos conceitos, estrutura escolar e recursos pedagógicos que surgem hoje vêm para aprimorar e se adequar com as novas concepções institucionais escolares. Atualmente, a educação especial na perspectiva inclusiva passa por diversos níveis e modalidades do ensino, perpassando no ensino de várias disciplinas e conteúdos, de modo não substitutivo.



A partir dessa lógica percebe-se o papel dos recursos pedagógicos acessíveis, nos quais ensejam novas práticas de ensino, visando atender as especificidades dos alunos que são o público-alvo no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ademais, interfere significativamente na hegemonia de uma cultura escolar segregadora, influenciando assim novos hábitos e práticas no ambiente escolar.

Assim, os recursos pedagógicos acessíveis funcionam como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem, bem como auxílio no AEE, com vistas a colaborar com o trabalho do professor e do mais importante: a promoção e desenvolvimento pleno do aluno com deficiência, oferecendo a ele a possibilidade de participação ativa nas atividades realizadas na escola.

Além disso, são recursos garantidos por lei pelo Governo Federal e, alguns, de fácil confecção, em que os próprios professores podem elaborar, percebendo a necessidade de cada aluno. Eles podem ser de alta ou baixa tecnologia, mas todos podem ser utilizados com criatividade e seleção adequada para cada aluno, afinal, o mesmo recurso usado para atender um aluno com cegueira pode se torna ineficaz com um aluno com paralisia cerebral, ou seja, na inclusão evidencia-se a particularidade, a diferença de cada um.

A escola que acolhe e tira partido das diferenças busca contribuir coletivamente uma pedagogia que parte das diferenças dos seus alunos como impulsionadoras de novas formas de organizar o ensino. Atendendo a essas diferenças, os recursos pedagógicos e de acessibilidade colaboram para que as pessoas com deficiência participem ativamente do processo escolar. (SARTORETTO, 2010, p. 8).

Os recursos pedagógicos acessíveis funcionam como uma estratégia educativa para ampliar e possibilitar a execução de atividades específicas com alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo a participação deles nas diversas atividades da escola, vinculadas às atividades educativas comuns.

### **3.3 PROFESSORES FRENTE À INCLUSÃO**

A discussão sobre a formação de educadores para a educação de todos, para a inclusão e escolarização adequada de pessoas com dificuldades de aprendizagem surgiu a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia em 1990 (BARRETO, 2000).



Nessa tendência de direitos sociais, a Declaração de Salamanca (1994) recomendava que a formação inicial deveria incitar em todos os professores uma orientação positiva sobre a deficiência, de forma que permitisse entender o que as escolas poderiam conseguir avançar com a ajuda dos serviços locais de apoio (BARRETO, 2000).

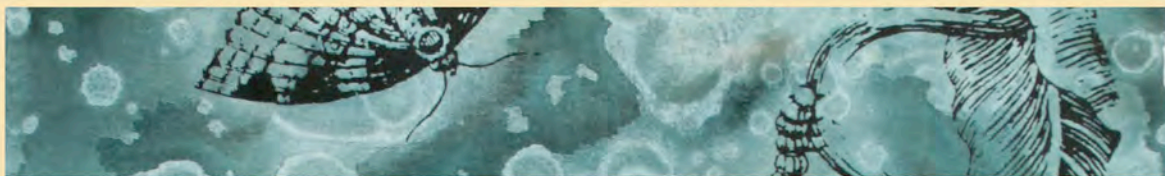
São recorrentes a temática e a busca por uma educação mais igualitária referente ao atual contexto educacional, principalmente quando se refere à inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Entretanto apesar da ampla discussão em torno dessa temática, ainda há uma série de limitações quanto à prática da inclusão e o papel do professor, para que o mesmo esteja preparado para lidar com as dificuldades provindas do ensino voltado para a pessoas com deficiência (MAGALHÃES et al, 2013).

Profissionais do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos (MITTLER, 2000)

Muitos temem receber em suas salas de aula alunos com deficiência dizem não estar preparados para atuar em situações educacionais tão heterogêneas (TOLEDO; MARTINS, 2009). Sabe-se que a boa vontade dos professores e sua preparação são condições necessárias, mas não suficientes para garantir uma escola inclusiva.

(MARCHESI, 2004) apresenta uma visão semelhante ao comentar que criar escolas inclusivas requer muito mais que boas intenções, declarações e documentos oficiais, requerem que a sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade.

A inclusão impõe uma série de desafios àqueles profissionais que têm alunos com deficiência em suas salas de aula. Por conta disso, a escola é obrigada a repensar a sua organização, revendo concepções e práticas, a fim de atender as



demandas de um público cada vez mais heterogêneo: cultural, social, econômica, cognitiva e linguisticamente (DUEK, 2007).

A mesma autora destaca que para que a inclusão tome lugar nas escolas é preciso deslocar-se de uma representação de inclusão como mera inserção do aluno com deficiência na classe regular para uma concepção de ensino enquanto um processo singular e diversificado em seus objetivos, estratégias e recursos, em função das características dos aprendizes.

Acredita-se, portanto, que a inclusão tem a ver com a postura que o professor assume frente ao que lhe é estranho, desconhecido. No caso da deficiência, isso irá depender de como o educador percebe a diferença do outro. Com as mudanças sociais que vêm ocorrendo na sociedade, novas atribuições recaem sob a responsabilidade do educador, e este tem que estar preparado para lidar com as situações mais desafiadoras no dia a dia (MAGALHÃES et al, 2013).

Como o desafio das aulas serem ministradas sempre tendo em vista a necessidade da pessoa com deficiência. Não significando que a educação deva ser segregada, juntamente com outras pessoas com a mesma deficiência, e sim, ser feita na mesma classe das pessoas sem deficiência cabendo-lhe aos professores desenvolver habilidades próprias para permitir a inclusão desse grupo

Partindo do pressuposto que para o aluno receba uma boa formação o professor também deve estar bem formado, acreditando-se que o desafio de incluir todos os alunos no ensino regular é perpassado pelo desafio da qualificação profissional dos docentes que atuam junto a este alunado (DUEK, 2007).

Nos últimos dez anos, ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil, não apenas em termos de legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, mas também em relação à produção do conhecimento acadêmico voltado para o tema (PLETSCH, 2009).



A LDB dedica um capítulo à formação de professores, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores. Também, estabelece as incumbências dos professores, independentemente da etapa escolar em que atuam.

É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência, ou seja, a formação deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade.

Para tanto, (PLETSCH, 2009) sugere que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática.

(PLETSCH, 2009) o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida. Além disso, podemos afirmar que existe um grande descrédito sobre a capacidade do aluno especial se desenvolver e agir de forma autônoma (GOFFMAN, 1998). Neste sentido, num primeiro momento, são comuns sentimentos de incapacidade e até mesmo de medo frente ao ingresso de um aluno com algum tipo de deficiência ou distúrbio de comportamento em sala de aula.

É importante lembrar que para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver seu trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica (SILVA; ARRUDA, 2014).

As autoras destacam também que em relação à formação do profissional, fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco os



preparam para lidar com alunos com deficiência, saem despreparados, já que na sua formação não tem um curso específico para lidar com eles. Para isso (PLETSCH, 2009) faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira.

Entretanto formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva (PLETSCH, 2009). Vale ressaltar, que nos cursos de licenciatura poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com deficiência, além de serem pouco ou insuficiente quando ofertados.

Sendo assim, é necessário ajudar os professores a aperfeiçoar-se como profissionais mais reflexivos e mais críticos, de modo a ultrapassarem as limitações e os perigos das concepções baseadas na deficiência. Só deste modo poderemos assegurar que os alunos que sentem dificuldades na aprendizagem possam ser tratados com respeito e olhados como alunos potencialmente ativos e capazes (AINSCOW, 1997).

### **3.4 PERMANENCIA EM SALA DE AULA**

A discussão a despeito de deficiência tem ocupado cada vez mais espaço nas políticas públicas no Brasil. (DINIZ, 2004) Isso ocorre, por um lado, como resultado do envelhecimento populacional, que força o reconhecimento de que a experiência da deficiência não pertence apenas ao universo do inesperado e, sim, que faz parte da vida de grande número de pessoas.

Por outro lado, resulta de mudanças no que se define por deficiência e na forma de se entender como a sociedade é responsável por ela. A combinação desses dois fatores é importante para se formular políticas capazes de atender a necessidades desse público.





Dentre os desafios enfrentados no desenvolvimento do processo educacional de alunos com deficiência em escolas públicas e particulares, encontra-se a falta de estruturas e condições básicas para permanência deste no sistema educacional; a carência e/ou precariedade destas para receber esse alunado contribui para a desmotivação e conseqüente evasão escolar.

Tendo em vista o acesso ao ensino, observa-se que a maioria dos estudantes com deficiência encontram-se nos grandes centros urbanos, os que residem no campo se deslocam para cidade em busca de tratamento ou um auxílio educacional melhor. Há que se ter em vista, portanto, o meio social, o grau de dificuldade de determinado indivíduo, não se podendo falar em uma relação fechada e imutável entre deficiência e incapacidade.

As prefeituras municipais continuam autorizando a construção de edifícios públicos sem rampas de acesso, com degraus, impedindo a entrada de cadeiras de rodas, o mesmo se diga dos banheiros, sem a largura necessária para a entrada da referida cadeira (ARAÚJO, 2003).

No Brasil o problema consiste em se encontrarem meios de organizar as escolas e as salas de aula, de modo a que todas as crianças e jovens tenham sucesso na aprendizagem (AINSCOW, 1997). Oferecendo a muitos alunos na vivência escolar experiência insatisfatória, deixando-os desencorajados em relação às suas próprias capacidades e desiludidos acerca do papel da educação na sua vida.

### **3.5 RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

É evidente que apesar de se trabalhar com a inclusão de todos, é focado os recursos para trabalhar com alunos que necessitam de atendimentos educacionais especiais. Afinal, eles têm dificuldades de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento decorrido sua deficiência; além de alguns terem dificuldades de comunicação e sinalização, têm também os que possuem altas habilidades/superdotação que se não for trabalhada a sua



potencialidade o aluno poderá perder a motivação de frequentar a escola ao ter facilidades significativas no aprendizado em uma dada área. Sendo assim,

Para descrever a utilização de recursos pedagógicos de acessibilidade na escola, temos de estar atentos às características do aluno, à atividade proposta pelo professor e aos objetivos educacionais pretendidos na atividade em questão. Diversas atividades exigem dos alunos competências como leitura, escrita, produção gráfica, manifestação oral, exploração de diversos ambientes e materiais. A dificuldade do aluno com deficiência para realizar essas atividades acaba limitando ou impendendo sua participação na turma. (SARTORETTO, 2010, p. 9-10).

Por isso, é importante que o professor de AEE fique atento para a especificidade desse aluno tanto para auxiliá-lo no seu desenvolvimento cognitivo e motor quanto para assessorar adequadamente o professor de ensino regular da escola, não esquecendo também que o diálogo com a família é imprescindível para que esse processo de evolução continue a acontecer.

É relevante ressaltar também sobre o papel da escola como um todo, pois é ela que deve acolher e considerar as diferenças existentes entre seus alunos, de modo a buscar, coletivamente, uma educação pautada nas diferenças e não nos diferentes. Dessa forma, para se atender a essas diferenças, faz-se necessário a utilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade com alunos com deficiência, deixando-os participar ativamente do processo escolar.

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar. (SARTORETTO, 2010, p. 8).

Os recursos pedagógicos acessíveis podem ser para cegos, surdos, pessoas surdocegas, com baixa visão, com dificuldades motoras, com deficiência intelectual e pessoas com altas habilidades/superdotação. Todos esses inclusos na atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que propõe uma nova abordagem teórica e prática do ensino especial.



Todavia, para exercer as funções previstas pelo documento oficial, o professor de educação especial deve se voltar para o conhecimento do aluno. Para que isso ocorra, ele precisa desenvolver a habilidade de observar e de identificar as possíveis barreiras que limitam ou impedem o aluno de participar ativamente do processo escolar. O professor precisa também aprender a estabelecer parcerias que o apoiarão no atendimento a esse aluno. E essas parcerias se dão pelo diálogo estreito entre a escola, os professores do ensino regular e os profissionais da área da saúde que farão avaliação médica para o aluno que precisar.

O que é importante observar e registrar sobre os alunos para a identificação de necessidades, habilidades e dificuldades. Um roteiro de perguntas pode ajudar na coleta de dados para selecionar o recurso adequado às necessidades do aluno. Entendendo, portanto, que a avaliação e o diagnóstico da necessidade educacional especial do aluno serão pontos-chave para o crescimento do mesmo.

#### **4 CONCLUSÃO**

O sistema educacional brasileiro vem passando por grandes mudanças nos últimos anos conseguindo cada vez mais respeitar e aproximar-se da diversidade, pois, sabe-se que a diversidade vem a ser um conjunto de diferenças e valores compartilhados pelos seres humanos na vida social, garantindo a socialização e a aprendizagem de todos os alunos, dessa forma é necessário que o professor se insira nesse contexto buscando uma formação continuada, pois, é por meio desse aperfeiçoamento associado a um conjunto de recursos que a escola deve dispor por meio de políticas públicas, como as salas de atendimento especializado (AEE) e profissionais da educação especial por exemplo, que o docente inicia sua trajetória de um verdadeiro mediador de saberes e competências, preparado para o processo da inclusão na rede regular de ensino.

Se desejamos uma escola de ensino regular que atenda aos anseios de educandos com deficiência, garantindo a efetiva participação, socialização em geral e aprendizagem, respeitando suas limitações, se faz necessário a reestruturação desse ambiente escolar. É primordial que sejam feitas mudanças que consistem



desde dificuldades visíveis como, acessibilidade física e pedagógica, e dificuldades invisíveis tais como, preconceitos e resistências frente à inclusão em lidar com pessoas com deficiência.

No âmbito da Educação Especial e Inclusiva, no qual vem tomando cada vez mais força a partir da Declaração de Salamanca, ainda precisa de muito desenvolvimento, de todo um conjunto de fatores, não apenas as políticas públicas já existentes como as que constam na constituição de 1988 e da LDB em 1996, mas por dedicação e comprometimento de todo o corpo escolar, em especial pelo corpo docente uma vez que é o professor regente o principal mediador em uma sala de aula.

No processo de ensino aprendizagem, requer não apenas informações sendo repassadas em massa, fazendo com que o aluno as memorize, e sim ensinar a aprender de forma com que este busque autonomia, tanto ao adquirir conhecimentos, quanto ao executar as tarefas diárias, tendo capacidade de fazer escolhas. Para isso, faz-se necessário uma Educação de qualidade para todos, independentemente de qualquer situação, bem como consta na constituição, em virtude disso procura-se mais investimentos nos campos do currículo escolar, da avaliação, gestão, organização pedagógica, materiais didáticos e a presença de ferramentas e que auxiliem a comunicação na escola.

Este estudo nos levou a discutir e refletir sobre possíveis soluções diante dos medos, anseios e obstáculos enfrentados pelos professores frente a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino uma vez que é direito da criança o acesso à educação oportunizando a ela atingir o nível adequado de aprendizagem respeitando seus limites e suas diversidades. O ambiente escolar também deveria estar preparado para receber esses educandos, oferecendo estrutura, acessibilidade, profissionais capacitados não somente em relação a socialização e conteúdo, mas, capazes de combater atitudes discriminatórias e se tornar uma comunidade escolar acolhedora, dessa forma, poderemos alcançar a verdadeira educação para todos.



Diante desse processo, muito se é cobrado do professor, fazendo-se extremamente necessário que este busque alternativas para lidar com situações que aparecem corriqueiramente em sala de aula com alunos com deficiência, no qual cada vez mais aumenta a quantidade nas escolas, mesmo sem obter a menor estrutura física para receber estes alunos, sendo assim, cursos de formação continuada na área de inclusão são extremamente necessários para o profissional de educação, mesmo tendo que buscar muitas vezes por meio de seus próprios meios.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. "**Educação para todos: torná-la uma realidade**". In Caminhos para escolas inclusivas. Lisboa, Ministério da Educação, 1997.

AMARAL, Marciliana Baptista; BARBOSA, Rita Petronilho; JESUS, Sônia Cupertino de; PENNA, Guilherme Aparecido; TALMAS, Elismara Vaz. **Breve histórico da educação inclusiva e algumas políticas de inclusão: Um olhar para as escolas em juiz de fora**. Revista eletrônica Faculdade Metodista GRAMBERY. nº16, Jan/Jul 2014.

ARAÚJO, Luis Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Corde, 2003. (Série Legislação em Direitos Humanos, n. 3).

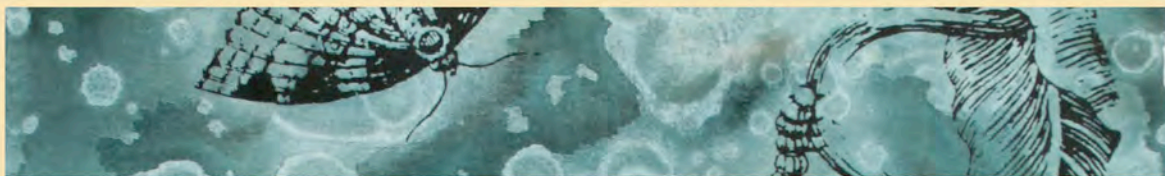
BARBOSA, Amanda Magalhães. ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; MEDEIROS, Kesia Natália; NOGUEIRA, Ruth Kesia Silva. **O Papel Do Professor Frente À Inclusão De Crianças Com Autismo**. XI Congresso Nacional de Educação-EDUCERE- PUC PR. 2013.

BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. **A formação do professor na perspectiva inclusiva: Diálogos entre educação especial e a educação do campo**. (F.T.S.- aluna da 1ª. Turma do Curso de Pedagogia da Terra- Paulo Freire-2000.

BARRETTA, Emanuele Moura; CANA, Sílvia Regina. **Políticas Públicas De Educação Inclusiva: Avanços e Recuos e Partir dos Documentos Legais**. IX AMPED SUL, 2012.

BERTUOL, Claci De Lima. **Salas De Recursos E Salas de Recursos Multifuncionais: Apoios Especializados à Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência/Necessidades Educacionais Especiais No Município De Cascavel-PR**. UNIOESTE- Cascavél. 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n.o 9394/96)**. 20 de dezembro de 1996.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da Educação Especial**: em busca de um espaço na história da educação brasileira. UNESP/Bauru. 1995.

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. **O Professor e Sua Formação Diante Da Educação Inclusiva**. UNIUBE/EST. 2008.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento**. Brasília, DF: IPEA, 2004 (Texto para discussão 1040).

DUEK, Viviane Preichardt. **Professores Diante Da Inclusão**: Superando Desafios. Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2.

FREIRE, Carlos Alberto MARQUES. **Uma leitura da inclusão a partir do pensamento de Paulo Freire**, Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 31 (2): 219-229, jul./dez. 2006

FREITAS, Neli Klix. **Políticas Públicas e Inclusão**: Análise e Perspectivas Educacionais. Jornal de Políticas Educacionais. Nº 7 | JANEIRO–JUNHO DE 2010 | PP. 25–34.

FREITAS, Neli Klix. **Políticas Públicas Em Educação Inclusiva**: Espaços E Desafios Para Aprendizagem. IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE- PUC PR. 2009.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão**: uma análise no campo da educação especial brasileira. UFSC- Florianópolis. 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MANZINI, Eduardo José; SANTOS, Maria Carmem Fidalgo. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para a educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos pedagógicos adaptados**. Fascículo 1. Brasília: SEESP, 2002.

MARCHESI, Álvaro. **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas**. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre : Artmed, 2004.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. **Políticas públicas de inclusão educacional: Desafios e perspectivas**. Editora UFPR. n. 23, p. 185-202. 2004.

MATHIS, Armin. **Inclusão, exclusão e cidadania como desafio para a política em regiões de modernidade periférica**. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 10, n. 1, dez. 2008.



MITTLER, P. **Working towards inclusion education: social contexts**. London, David Fulton Publishers Ltd., 2000.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educar, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação Inclusiva: Alguns marcos históricos que produziram a educação atual**. 2008.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

TOLEDO, Elizabete Humai de; MARTINS, João Batista. **A Atuação Do Professor Diante Do Processo De Inclusão e as Contribuições de Vygotsky**. IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE- PUC PR. 2009.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação Inclusiva No Brasil: Do Contexto Histórico á Contemporaneidade**. Pós-graduanda em Educação Inclusiva e Inspeção Escolar FACREDENTOR/ETTAL.

VYGOTSKY, Lev. **Obras Escogidas. Fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor, 1997. Tomo V.

**Recebido em 21 de Dezembro de 2017**  
**Aprovado em 27 de Maio de 2018**